



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

VAMOS FALAR DE SALÁRIOS!

POR UM VERDADEIRO ACORDO SOBRE SALÁRIOS, RENDIMENTOS E COMPETITIVIDADE.

A UGT regista a continuidade e a regularidade das reuniões do grupo de trabalho tripartido criado em sede de concertação social com vista à eventual celebração de um acordo tripartido que a UGT defende dever chamar-se de Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Salários, Rendimentos e da Competitividade.

E defendemos este nome, desde logo, porque não recebemos até hoje dois documentos do Governo em que a designação seja idêntica.

Mas defendemos sobretudo este nome porque o elemento que parece ser sempre esquecido na equação é aquele que, para a UGT, é absolutamente central e sem a abordagem do qual nunca haverá sequer possibilidade de qualquer acordo: os salários.

A valorização dos salários passou de ser o desígnio heroico do discurso político, com o Primeiro-Ministro a elencá-lo como um verdadeiro imperativo nacional com direito a estabelecimento de metas e objectivos, para passar a ser o ponto fraco – tímido e, frequentemente, contornado – no quadro de discussões realizadas até ao momento.

A UGT não deixa de destacar positivamente que a valorização dos salários tenha estado entre os dois primeiros temas discutidos na primeira reunião temática do já referido grupo de trabalho (os seis temas consensualizados foram: 1) Valorização dos Salários; 2) Jovens Qualificados; 3) Rendimentos não salariais; 4) Empresas: Fiscalidade e financiamento; 5) Simplificação e custos de contexto e 6) Demografia e Coesão Territorial).

Mas a UGT não deixa também de expressar uma forte preocupação pelo facto de, quer empregadores quer o Governo, cada qual pelos seus motivos, parecerem querer contornar a questão de fundo na discussão deste acordo.

A UGT aceita e exige discutir de que forma podemos e devemos aumentar o rendimento disponível das famílias, quer no imediato, dando resposta à enorme perda de poder de compra dos trabalhadores, de novo a atravessar riscos de pobreza e de incumprimento das suas obrigações, quer também nos próximos anos.

Aceitamos discutir a redução de custos de contexto para as empresas e consideramos fundamental discutir o aumento dos rendimentos não salariais.

Estamos abertos para ter uma discussão séria sobre fiscalidade, sem esquecer a necessidade de reverter totalmente o brutal aumento de impostos do tempo da Troika, a criação de um novo equilíbrio entre impostos (IRS/IRC, impostos directos/indirectos) e o imperativo de corrigir a trajectória do IRS, que assume cada vez mais peso na carga fiscal. Os trabalhadores não podem continuar a assumir o ónus de pagar mais impostos para compensar as perdas originadas por aqueles que a eles podem fugir!

Apresentámos as nossas posições e as nossas propostas nestas e noutras matérias e reafirmamos que a UGT está nesta discussão como sempre esteve: empenhada no encontro de consensos e compromissos que nos possam levar às melhores soluções para os trabalhadores e para o País.

Mas a UGT tem igualmente claros os seus limites e já os apresentou na mesa da concertação social.

Não aceitaremos soluções que comprometam direitos dos trabalhadores ou a sustentabilidade dos sistemas que garantem a sua protecção.

E não aceitaremos um acordo que tente fugir à questão central por via de soluções que, sendo relevantes e necessárias, não servirão nunca, por si, para garantir a dignidade e o futuro de quem trabalha e resolver o problema de fundo do nosso mercado de trabalho.

Para a UGT, este é, antes de mais, um acordo sobre salários e o que deve estar prioritariamente em cima da mesa será sempre a correcção do irrisório peso dos salários face à riqueza gerada, as condições de recuperação do poder de compra perdido e de garantia, pela via salarial, de ganhos efectivos desse poder de compra.

E, para tal, exigimos que os salários voltem a ser centrais no discurso político, deixando indubitável a importância dada por todos à existência de um acordo tripartido, assim como exigimos que esse mesmo acordo contenha medidas objectivas, compromissos concretos e metas claras de aumento real dos salários para todos os trabalhadores.

Tempos excepcionais exigem medidas excepcionais.

As atuais circunstâncias económicas e sociais exigem, portanto, o empenho de todos os atores sociais e fundamentalmente o empenho do Governo e dos Empregadores.

Tendo em consideração que os trabalhadores e suas famílias têm vindo a perder significativamente o seu poder de compra, nomeadamente com a crescente desvalorização salarial, quer por via da galopante inflação e as crises de suprimentos na cadeia mundial de bens e mercadorias, é urgente encontrarem-se respostas por parte do Governo e de todos os Parceiros Sociais de modo a não se criar uma indesejável instabilidade social e um imoral adensar do número, já significativo e desesperante, de pobres e de trabalhadores pobres em Portugal.

Neste contexto:

- A UGT exorta o Governo a promover com urgência alterações nos mecanismos fiscais de formação de preços dos bens alimentares e nos combustíveis domésticos.
- A UGT exorta o Governo a encontrar, em diálogo social alargado, mecanismos de resposta à reposição do poder de compra para todos os ativos e para os reformados e pensionistas já no corrente ano.
- A UGT exorta o Governo que, a exemplo do que foi implementado nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, se promovam, também para o interior, verdadeiras políticas de transportes coletivos eficazes que, não só fomentem a mobilidade como também permitam minimizar os encargos dos trabalhadores nas deslocações de casa para o trabalho e vice-versa. Quando tanto se fala na valorização do interior é inadmissível que em muitas dessas regiões, pura e simplesmente, não exista qualquer modo de transporte coletivo.
- A UGT exorta os Parceiros patronais à total disponibilidade negocial bilateral na procura de um mecanismo extraordinário de negociação e contratação colectiva de modo a repor a justiça social necessária ao bom desempenho da economia e de incremento do mercado interno ainda durante o corrente ano para repor as injustiças produzidas pela inflação.
- A UGT reitera a sua inteira disponibilidade para firmar o Acordo de Concertação Social de médio prazo que reponha e valorize significativamente os salários e os rendimentos de todos os trabalhadores e suas famílias, mas reitera também a sua inteira disponibilidade para encontrar, através do diálogo social, os caminhos que resolvam desde já, e para já, os atuais problemas com que os trabalhadores e suas famílias se confrontam de real perda de poder de compra e de desvalorização abrupta dos salários e rendimentos.
- A UGT, ciente das suas responsabilidades, não pode deixar que o combate à inflação degenera posteriormente em situações de estagnação económica e por isso exige medidas realistas nas políticas de juros de empréstimos para habitação própria por parte das entidades financeiras europeias e do sistema bancário nacional.

Em conclusão, a UGT reitera o seu empenho na obtenção de um verdadeiro acordo sobre competitividade e rendimentos como instrumento fulcral para ultrapassar a difícil situação económica e social que o país atravessa, mas não haverá acordo por parte da UGT caso se pretenda ignorar a questão dos salários.

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT

28 de Julho de 2022